



Data: 18.11.2021

Titulo: Covid-19. País entra no patamar de risco elevado na próxima semana

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;2;3



COVID-19. PAÍS PASSA A RISCO ELEVADO NA PRÓXIMA SEMANA

Crianças dos seis aos 11 registam maior subida.
Mesmo sem escolas fechadas, isolamentos tendem a aumentar

Época pré-festiva com jantares de empresa e amigos
é apontada como momento de risco // PÁGS. 2-3

Área: 1240cm² / 47%

Tiragem: 16.000
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 7276292



Data: 18.11.2021

Titulo: Covid-19. País entra no patamar de risco elevado na próxima semana

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;2;3



Regresso de máscaras na rua e em espaços fechados deverá ser recomendado pelos peritos e tem o apoio do PR, mas é a AR que decide

MARALEIA GOMES



Covid-19. País entra no patamar de risco elevado na próxima semana

Centro e Algarve a caminho de incidência de 480 casos por 100 mil habitantes. Crianças dos 6 aos 11 registam maior aumento de casos. Mesmo sem fecho de escolas, isolamentos tendem a aumentar.

MARTA F. REIS
marta.reis@ionline.pt

O país deverá passar a linha de incidência de 240 casos por 100 mil habitantes a 14 dias, entrando no patamar de risco elevado definido pelos peritos que dão apoio técnico ao Governo, no início da próxima semana, dias depois da reunião do Infarmed e na semana em que o Executivo fechará medidas de resposta à covid-19 para o período festivo. O aumento de infeções tem tido um efeito mais lento no aumento dos internamentos do que no outono passado, mas na

região Centro a ocupação de cuidados intensivos excede já os 50% do que foi definido entre os hospitais locais por forma a evitar que seja afetada a resposta a outros doentes, nomeadamente com a suspensão de cirurgias. E é na região Centro e no Algarve que a epidemia parece estar com mais força, ambas a caminho dos 480 casos por 100 mil habitantes, o patamar de risco muito elevado.

Ao i, Carlos Antunes, investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e um dos técnicos do grupo de trabalho que dá apoio ao Governo na definição

Área: 1240cm² / 47%

Tiragem: 16.000

FOTO: 4 Cores

ID: 7276292



e monitorização de linhas vermelhas de resposta à pandemia, adianta que ao ritmo atual de aumento das infeções e diagnósticos, o país deverá ultrapassar a barreira dos 240 casos por 100 mil habitantes dentro de quatro dias, o que se refletirá nos casos reportados no início da próxima semana, confirmando os restantes indicadores. Neste momento, o país regista uma média diária de 2 mil infeções diagnosticadas, com uma taxa de duplicação em 15 dias a 20 dias, o que implica que no final do mês se prevê uma média diária de 3 mil casos de covid-19, podendo no final de dezembro, se não houver um abrandamento do aumento de infeções, chegar aos 6 mil casos diários. "Mesmo que isso não se repercuta numa saturação dos internamentos, significará sempre mais absentismo e maior sobrecarga sobre os cuidados de saúde primários e mobilização de recursos para as equipas de rastreadores", diz Carlos Antunes, dando um outro dado: na semana passada estavam envolvidos nos inquéritos epidemiológicos 267 rastreadores, com capacidade para dar resposta atempada a 1600 novos infetados por dia, volume ultrapassado esta semana. "Se chegarmos aos 6 mil casos, são precisos

mil rastreadores. Vamos buscá-los onde?", exemplifica.

CRIANÇAS COM MAIOR AUMENTO DE INFEÇÕES Nas avaliações preparatórias da reunião do Infarmed, no caso das linhas vermelhas, os peritos têm discutido como incorporar outros indicadores que crescem este ano à pressão provocada pela covid-19 no ano passado, como maior procura às urgências e aos cuidados primários por outras infeções respiratórias e doença não covid. A ideia de manter as atuais linhas

Época pré-festiva com jantares de empresa e amigos é apontada como momento de risco

Crianças dos 6 aos 11 anos estão a registar o aumento mais acentuado de infeções

vermelhas, mesmo com o aumento de infeções a não se repercutir da mesma forma no número de internamentos do que no ano passado – por esta altura estavam internados em novembro de 2020 3 mil doentes com covid-19 nos hospitais, mais de 500 em cuidados intensivos – decorre da percepção de que este ano o Serviço Nacional de Saúde terá de lidar com uma "pressão acrescida em várias frentes", resume Carlos Antunes. "Com mais infeções respiratórias e mais doentes a recorrer a cuidados de saúde, temos menos espaço para a covid-19 progredir. No fundo, a questão é se a vacinação consegue conter doença grave nos mais idosos, que representam a maioria dos internamentos com covid-19. Neste momento os maiores de 80 são a única faixa etária onde as infeções estão mais ou menos estáveis, na ordem dos 120 casos por 100 mil habitantes a 14 dias, mas nas restantes estão a aumentar. A terceira dose é essencial, mesmo não tendo tanto impacto na transmissão, tem impacto na mitigação das consequências de uma infeção, mas não é um efeito imediato".

Nos últimos dias, a faixa etária em que se verifica um aumento

maior do número de infeções é no entanto nas crianças mais novas, que não estão vacinadas. As crianças dos 6 aos 11 registam uma incidência a 14 dias na casa dos 360 casos por 100 mil habitantes, registando-se um crescimento médio de diário de 7% nas infeções neste grupo etário, quando a média a nível nacional é de 5%. Perante este indicador, Carlos Antunes considera que as decisões a tomar nas próximas semanas serão sempre difíceis, porque mesmo afastando o encerramento das escolas, a tendência será haver mais alunos e turmas em quarentena, com desigualdade entre estudantes. Dados da DGS, que o analisou, mostram que na semana passada foram diagnosticadas 1348 crianças até aos nove anos de idade, mais 78% do que na semana anterior, a que acrescentam 987 casos dos 10 aos 19. Somando-se, são mais de 2 mil jovens a cumprir neste momento isolamento, mais eventuais contactos e famílias. "Em 20 dias, este grupo etário pode chegar aos 1200 casos por 100 mil habitantes. O que se faz nessa altura? O que sabemos é que quanto mais o vírus circular, mais provável é atingir os grupos mais vulneráveis. Não conseguimos pôr as pessoas mais vulneráveis numa bolha", diz.

Deixando o vírus progredir, mesmo com menor impacto em termos de saúde, implicará também maior absentismo laboral, o que pode afetar todos os setores e o da saúde em particular, acrescenta Carlos Antunes, resumindo algumas das preocupações em cima da mesa para o encontro desta sexta-feira onde as decisões não deverão no entanto ficar fechadas, como de resto aconteceu nos anteriores.

Na população adulta, em que se notou em primeira linha um aumento mais acentuado nos jovens dos 18 aos 25 anos, que Carlos Antunes considera que pode ser associado temporariamente a reabertura de bares e discotecas, neste momento a subida é transversal a todas as faixas etárias. "Neste momento pessoalmente preocupam-me mais os momentos pré-festivos, como jantares de empresas e de amigos antes do Natal, nomeadamente nos feriados de dezembro", diz o investigador.

MARCELO AFASTA ESTADO DE EMERGÊNCIA A hipótese de as medidas virem a ser diferenciadas por concelho, como aconteceu em vagas anteriores, poderá ser colocada mas no plano apresentado em julho pelos especialistas para as últimas etapas do

desconfinamento essa deixava de ser uma variável, com o país a avançar em função da cobertura vacinal. Na altura, a equipa liderada por Raquel Duarte defendeu no entanto que caso viesse a registar-se de novo um agravamento dos indicadores monitorizados, mesmo com mais de 85% da população vacinada, deveria ser intensificada a fiscalização da ventilação de espaços fechados, a utilização do certificado digital no acesso a espaços públicos (quando apropriado), a promoção preferencial de atividades no exterior ou por via remota, o regresso de lotações para garantir o distanciamento, a utilização obrigatória de máscara em espaços fechados e em eventos públicos e a suspensão de situações não controladas de aglomeração populacional. Numa entrevista recente, Raquel Duarte defendeu que "a força que tem de se colocar no travão, mais lenta ou a fundo, tem de ser proporcional à situação que se vive. Nesta altura, há uma série de medidas que podem ser implementadas pela população e que podem permitir a redução e a estabilização da situação, mas têm que começar a ser já implementadas", disse ao DN, mencionando a redução de lotações, o desfasamento de horários nos locais de trabalho e, sempre que possível, a opção pelo teletrabalho, o uso de máscara em ambientes fechados. O regresso da máscara na via pública e do teletrabalho são de resto medidas já deixadas em aberto pelo Governo e pelo Presidente da República, que antecipando-se à reunião de sexta-feira continuou ser algo "evidente". No caso das máscaras, também tem de ser o Parlamento a legislar, como aconteceu no passado – medidas que interferiram com Direitos, Liberdades e Garantias defendem de leis da Assembleia da República. Já um novo estado de emergência foi afastado categoricamente pelo Presidente da República: "Não está em cima da mesa", disse Marcelo Rebelo de Sousa, numa altura em que a crise pandémica se cruza com a crise política. De acordo com o artigo 172º da Constituição, a Assembleia da República não pode ser dissolvida durante a vigência do estado de sítio ou estado de emergência. "Estávamos numas faixas [de números da covid] que estão muito muito longe daquelas que estamos agora", pelo que apesar de os números da pandemia "não é uma questão que se coloque", disse Marcelo considerando ainda assim que constitucionalmente seria possível, sem explicar como.